



# DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NOS *WEBSITES* DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ASSOCIADAS À ABAR

**Myron Palhano Galvão Sobrinho**

Mestre em Contabilidade pela UNIZAR, Analista de Regulação da ARPE e Prof. da UNICAP. E-mail: myron.galvao@arpe.pe.gov.br

**Israel Lucas de Oliveira Aguiar**

Mestre em Ciências Contábeis pela FUCEPE, Professor Universitário. E-mail: israel\_contabil@hotmail.com

**Silas Pacheco Figueira**

Mestre em Administração pela MACKENZIE, Prof. e Diretor da Escola de Gestão, Economia e Política da UNICAP.  
E-mail: silas.figueira@unicap.br

**Ana Paula Ferreira da Silva**

Mestre em Administração pela UFPE, Analista de Controle Interno da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes e Profª da UNICAP e da UNIFBV. E-mail: anapafesilva@hotmail.com

**Fernando Gentil de Souza**

Doutor em Contabilidade pela UNIZAR, Prof. da UFPE. E-mail: fernando.gentil@ufpe.br

Agência de Regulação de Pernambuco: Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975 – Afritos – Recife – PE. CEP: 52.050-020 –  
Telefone: (81) 3182-9732.

## RESUMO

O Ministério do Meio Ambiente criou um programa destinado a todos os órgãos públicos, com adesão voluntária, intitulado Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Assim, este estudo tem como objetivo medir o nível de divulgação de informação socioambiental das agências reguladoras associadas a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) nos seus *websites* institucionais. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo exploratório e descritivo, desenvolvido através de uma pesquisa documental de caráter quantitativo em uma amostra de 65 agências. Os resultados evidenciam que nível o Índice de Divulgação de Informações Socioambientais (IDIA) das agências estaduais, municipais e intermunicipais é baixo e precisa ser aprimorado, principalmente em relação à adoção de práticas internas de reuso de água, uso racional de energia e adoção de políticas de compras sustentáveis. Conclui-se de modo geral que a baixa evidenciação voluntária de informações socioambientais, além de contrariar as diretrizes do Programa AP3, é prejudicial à imagem do órgão público, pois pode revelar despreocupação com a sustentabilidade, com os impactos ambientais e, por consequência, a com redução dos gastos públicos. Neste panorama, aumentar a utilização dos *websites* institucionais pode contribuir para aprimorar estes resultados, considerando que trata-se de um canal de comunicação de baixo custo, com grande potencial para difusão de informações à diferentes tipos de usuários (*stakeholders*) e que vem crescendo exponencialmente, especialmente após o surgimento da pandemia.

**PALAVRAS-CHAVES:** Informação Socioambiental. Programa A3P. Agências Reguladoras. ABAR



## INTRODUÇÃO/OBJETIVOS

A divulgação de informações socioambientais atende ao clamor da sociedade por mais transparência e contribui para a dar visibilidade as práticas adotadas que tenham como princípio a sustentabilidade, a proteção do meio ambiente e, por consequência, a redução de gastos pelos órgãos públicos. Ribeiro (2010) destaca que adaptar-se a todas essas mudanças, melhorar o processo produtivo e implementar qualidade ambiental, não basta. É necessário também demonstrar o que está sendo feito.

Neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente (MMM) criou o programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público. De acordo com o MMM este programa se destina a todos os órgãos públicos, das três instâncias (federal, estadual e municipal) e poderes (executivo, legislativo e judiciário), porém sua adesão é voluntária e não existe norma impondo a participação e tampouco sanção para aqueles que não seguem as suas diretrizes.

Neste contexto, este estudo foi conduzido com o propósito de responder as seguintes perguntas, constituídas como problemas de pesquisa: Independente dos princípios de sustentabilidade e da iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em criar um programa de adesão voluntária para os órgãos públicos, as agências reguladoras costumam divulgar informações de caráter socioambiental nos seus websites institucionais? E, a esfera de governo que a agência está vinculada interfere no nível de divulgação voluntária de informações socioambientais?

A pesquisa teve como objetivo geral medir o nível de divulgação de informação socioambiental das 65 agências reguladoras associadas à Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) nos seus *websites* institucionais e verificar se a esfera de governo influencia no nível de divulgação. Para alcançar os objetivos, foi elaborado um questionário, apresentado no Anexo 1, contendo nove indicadores (variáveis dependentes). As perguntas do questionário estão relacionadas com as diretrizes e eixos temáticos do Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente apresentados na Figura 1.



**Figura 1** - Eixos temáticos do Programa A3P.

Fonte: <http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/>. Acesso em 25 de maio de 2021.



De acordo com informações obtidas no site do Ministério do Meio Ambiente, a proposta do Programa A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e, para tanto, estrutura-se em seis eixos temáticos prioritários fundamentados pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que geram impactos socioambientais negativos significativos.

Neste panorama, o estudo se justifica pela importância das agências reguladoras na administração pública, pela sua atuação nos mais variados setores, pelos impactos decorrentes de suas atividades no meio ambiente e, pressuposto, pela quantidade de recursos públicos movimentados. Soma-se também a estes pontos, a contribuição do referido trabalho para com a sociedade, incentivando a transparência e implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade ambiental.

## MATERIAL E MÉTODOS

Seguindo a classificação tipológica de Gil (2017), esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. Exploratória, porque proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. E descritiva, devido ter como objetivo estudar as características de um grupo de agências, na hora de levar a cabo suas políticas de transparência na internet.

Considerando os procedimentos adotados, a pesquisa enquadra-se como quantitativa e de caráter documental, pois todos os dados primários foram obtidos nos *websites* das agências reguladoras.

O universo da pesquisa foi a ABAR e a amostra inicial composta pelas 65 agências, sendo 7 federais, 28 estaduais, 6 intermunicipais e 24 municipais. O Anexo 2 apresenta as Agências, classificadas quanto à esfera de governo.

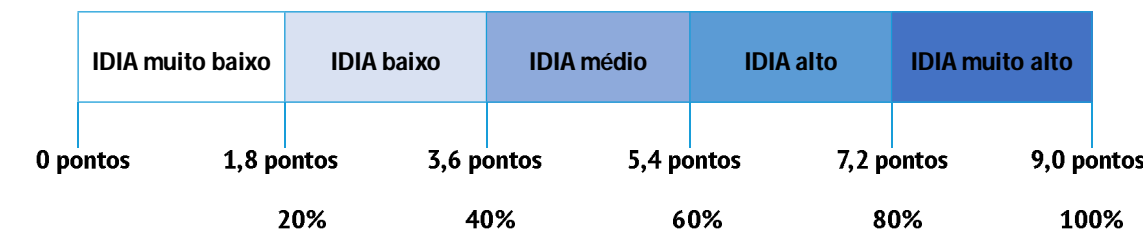
Os dados foram coletados nos *websites* institucionais das agências reguladoras no período de 20/05/21 a 03/06/21. Quanto aos cuidados para garantir critérios científicos de qualidade, foi feita uma busca minuciosa em cada *website* pesquisado, considerando as particularidades de cada agência e a possibilidade da informação aparecer em outras seções não especificadas.

Como parâmetro de busca, foram consultados dados de relatórios elaborados nos cinco últimos anos e utilizadas as seguintes palavras: "sustentável" "sustentabilidade" "ambiental" "socioambiental", "meio ambiente" e "relatório".

Descartou-se informações divulgadas em perfis de redes sociais como *Facebook*®, *Blogs*, *Instagram*®, *Twitter*® e *Youtube*®. Procedimento usado por Tremblay-Boire e Prakash (2014) ao examinar o conteúdo divulgado nos *websites* de duzentas ONG americanas que constavam no *ranking "Philanthropy 400"*.



Para padronizar a coleta de dados primários e alcançar os objetivos da pesquisa, foi elaborado um questionário, apresentado no Anexo 1. Ao responder este instrumento, foi atribuído valor **1** quando a informação estava disponível e **0** quando não estava. Em seguida, os resultados foram somados com a finalidade de medir o nível de divulgação de informações das agências e estabelecer um Índice de Divulgação de Informações Socioambientais (IDIA). A Figura 2 apresenta a escala do IDIA utilizada neste estudo.



**Figura 2** - Escala do IDIA.

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos *website* das agências, 2021.

Vieira e Pires (2020) também criaram um Índice Divulgação, resultante do somatório de três categorias de informações (geral, socioeconômica e ambiental), quando analisaram as empresas da área de saúde do Rio Grande do Sul.

É importante destacar que o IDIA atribuído às agências reguladoras tem como objetivo medir apenas o nível de divulgação da informação socioambiental, sem analisar sua qualidade e/ou quantidade divulgada (Ribeiro *et al.*, 2018).

Na sequência, outro procedimento realizado neste estudo foi relacionar o índice com a variável apresentada no Quadro 1, com o objetivo de avaliar a independência entre o IDIA e a esfera de governo. Assim, adotou-se o teste de hipótese chi-quadrado, com a seguinte hipótese nula:

**H<sub>0</sub>:** “A vinculação da agência reguladora não interfere no nível de divulgação de informações socioambientais”.

Dessa forma, caso **H<sub>0</sub>** seja aceita, indicará que o IDIA não depende da esfera de governo, por outro lado, a rejeição da hipótese nula, evidenciará que o índice está associado à vinculação da agência.

**Quadro 1** - Variável

Nº	VARIÁVEL	DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
1	Esfera de governo	Vinculação	Indica se a Agência está vinculada ao governo federal, estadual, municipal ou intermunicipal.

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos *website* das agências, 2021.

Lopes *et al.* (2020) relacionaram em sua pesquisa um Indicador de Conformidade de Transparência Municipal (ICTM), aplicado em cidades mineiras, com diversas variáveis independentes atreladas a dimensões políticas, sociais, fiscais e econômicas.

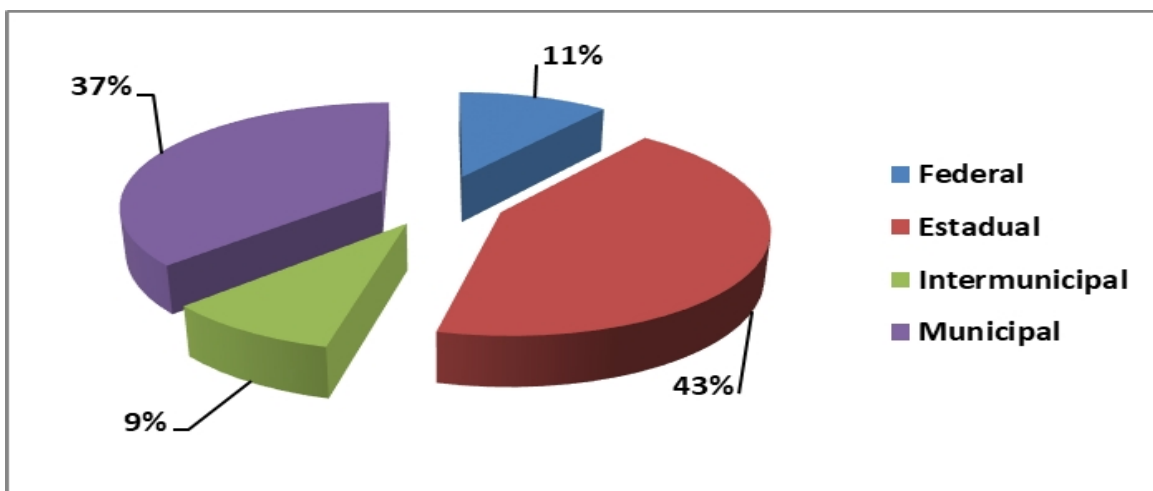
As análises dos dados foram efetuadas no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 27, onde foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e procedimentos estatísticos nãoparamétricos.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

### AMOSTRA

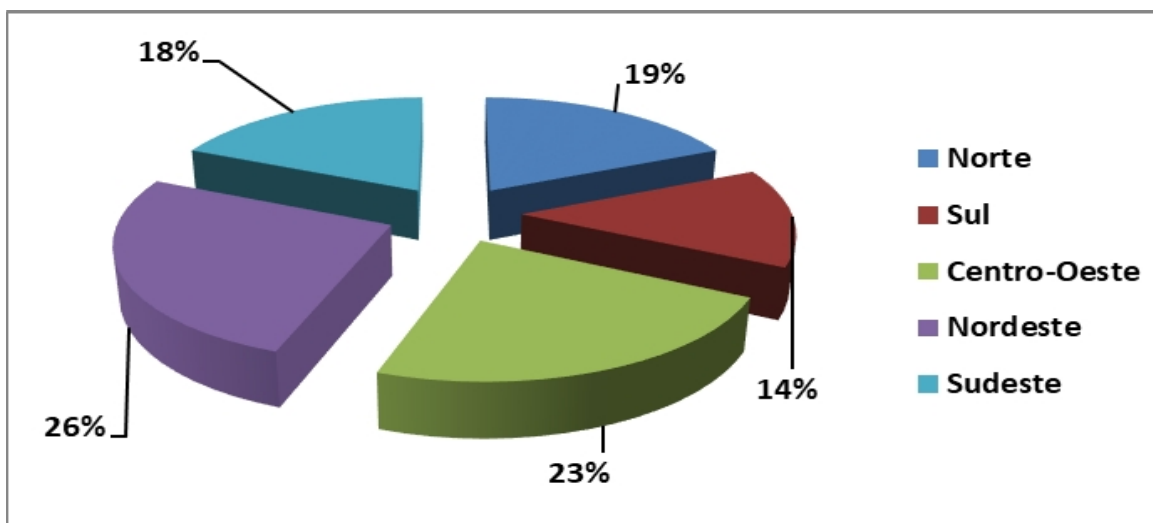
Com o objetivo de identificar as principais características da amostra, as 65 agências reguladoras associadas a ABAR foram classificadas em relação a esfera de governo, localização, idade e área de atuação. Foi observado (ver gráfico 1) que 80% (52) das entidades estão vinculadas a governos municipais e estaduais, 11% (7) ao governo federal e o restante vinculadas a associação de municípios.

**Gráfico 1** - Esfera de Governo das Agências



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos *websites* das agências, 2021.

Com o objetivo de conhecer onde as agências estão sediadas ou local onde desenvolvem suas atividades, o gráfico 2 mostra que 26% (17) estão localizadas na região nordeste, 23% (15) na região centrooeste, 18,5% (12) na região norte, 18,5% (12) na região sudeste e 13,8% (9) na região sul.

**Gráfico 2 - Localização das Agências por Região.**


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos *websites* das agências, 2021.

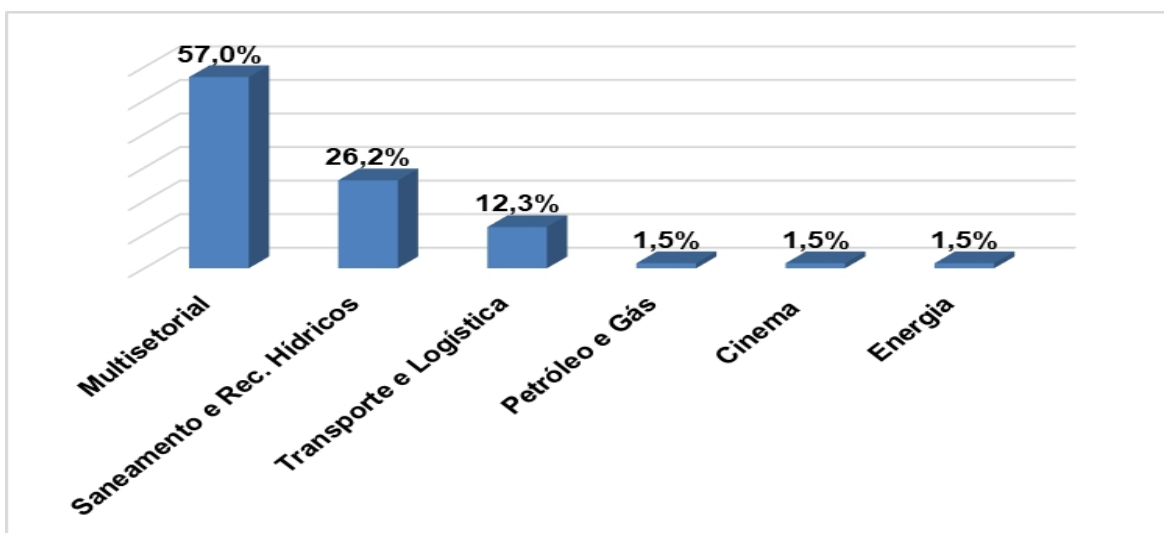
Em relação ao tempo de experiências das agências, buscou-se nos seus *websites* a data em que foram fundadas e foi observado que 53,8% (35) tem menos de 15 anos de funcionamento (Tabela 1). Esta juvenilidade ocorre por que as primeiras agências reguladoras brasileiras foram criadas na década de noventa (Aneel-1996, Anatel-1997 e ANP-1998) com o objetivo regular setores sob monopólio estatal que estavam sendo privatizados.

**Tabela 1 - Tempo de Experiências da Agências**

Experiência	freq	%
0-5 anos	9	13,8
6-10 anos	16	24,6
11-15 anos	10	15,4
16-20 anos	16	24,6
21-25 anos	14	21,6
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos *websites* das agências, 2021.

Quanto ao principal setor que a agência regula, o Gráfico 3 indica que 57,0% (37) são multi-setoriais. Em segundo lugar aparecem as agências que se dedicam exclusivamente ao setor de saneamento e recursos hídricos 26,2% (17), seguidas das agências que regulam o setor de transporte e logística 12,3% (8).

**Gráfico 3 - Setor de Regulação das Agências.**


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos websites das agências, 2021.

Os demais setores (petróleo e gás, cinema e audiovisual e energia) são regulados por agência específica vinculada ao governo federal e cada um representa 1,5% (1) da amostra.

## INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Para analisar as informações socioambientais divulgadas nos *websites* das 65 Agências, foi utilizado um questionário elaborado com base nas diretrizes e eixos temáticos do Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente.

As Agências ARSEPAM e ARP foram descartadas, porque seus *websites* estavam indisponíveis no período da coleta de dados. Também foi excluída a Agência Gurupiense de Regulação e Fiscalização (AGRF) por não possuir *website*. Diante disto, a análise foi realizada em 62 agências, sendo 7 federais, 27 estaduais, 22 municipais e 6 intermunicipais.

A tabela 2 apresenta os resultados referentes as informações socioambientais que foram identificadas nos *websites* das agências reguladoras.



**Tabela 2 - Divulgação de informações socioambientais por grupos de Agências.**

Nº	INDICADORES	Agências Federais		Agências Estaduais		Agências Municipais		Agências Intermunic.	
		<i>freq</i>	%	<i>freq</i>	%	<i>freq</i>	%	<i>freq</i>	%
1 -	Elaboração de relatórios com conteúdos socioambientais e link específico para acessar estas informações	6	85,7	3	11,1	-	-	1	16,7
2 -	Comissão de servidores para implementar ou monitorar ações socioambientais da Agência	6	85,7	-	-	-	-	-	-
3 -	Práticas de reaproveitamento ou reuso de água na Agência	6	85,7	1	3,7	-	-	-	-
4 -	Práticas de uso racional de energia elétrica na Agência	6	85,7	2	7,4	-	-	-	-
5 -	Práticas de gestão de resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem de materiais na Agência	7	100	3	11,1	1	4,5	3	50,0
6 -	Práticas de qualidade de vida no ambiente de trabalho	6	85,7	3	11,1	1	4,5	1	16,7
7 -	Práticas de compras sustentáveis na Agência	6	85,7	-	-	-	-	-	-
8 -	Práticas de construções ou reformas que promovam a sustentabilidade na Agência	6	85,7	1	3,7	-	-	-	-
9 -	Ações voltadas a sensibilização de servidores para a sustentabilidade	7	100,0	13	48,1	1	4,5	4	66,7
<b>Resultado do Grupo (%)</b>		56	<b>88,9%</b>	26	<b>10,7%</b>	3	<b>1,5%</b>	9	16,7%
Resultado máximo		63	100,0%	243	100,0%	198	100,0%	54	100,0%
<b>Índice Divulgação Informações Socioambientais – IDIA</b>		<b><i>muito alto</i></b>		<b><i>muito baixo</i></b>		<b><i>muito baixo</i></b>		<b><i>muito baixo</i></b>	

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos websites das agências, 2021.

Referente à elaboração de relatórios com conteúdos socioambientais, foi observado que a maioria das agências federais (85,7%) divulgam estas informações em documentos com os seguintes títulos: “Plano de Gestão de Logística Sustentável”, “Relatório Anual de Atividades” e “Relatório de Gestão”. Esta prática não foi identificada em nenhuma agência municipal. É importante destacar que diversas agências elaboram “Relatórios de Atividades e de Gestão”, porém sem fazer referência a conteúdos socioambientais.

Quanto a existência de *link* específico para acessar estas informações, foram utilizados os termos: “Acesso à Informação”, “Programas e projetos” e “Relatórios”.

Apenas as agências federais divulgaram informações sobre a existência de uma comissão de servidores responsáveis por implementar e monitorar ações socioambientais nas instalações da própria agência.

Dentre estas ações de caráter socioambiental, constatou-se que 85,7% das agências federais informaram em seus *websites* que adotaram práticas de uso racional de água e energia elétrica. Por outro lado, estas informações não foram identificadas em nenhuma agência municipal e intermunicipal.





As principais medidas adotadas pelas agências quanto ao uso racional de água e energia foram a troca das torneiras e válvulas de descargas por modelos econômicos, implantação de sistemas de reaproveitamento e reuso de água, modernização de sistemas de ar condicionado, ações para utilização de iluminação natural, aquisição de lâmpadas fluorescentes de baixo consumo e com substâncias de baixo impacto ambiental.

Outro item observado nos *websites* institucionais foi a adoção de práticas relacionadas a gestão de resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem de materiais. Constatou-se que agências das quatro esferas de governo, principalmente as federais e intermunicipais, divulgaram ter implantado nas suas dependências algum mecanismo de coleta seletiva de papel, vidro, plástico ou pilhas, garantindo o descarte correto destes itens. Também foram identificadas práticas de redução ou reaproveitamento de materiais.

Em relação a adoção de práticas de qualidade de vida no ambiente de trabalho, foi observado que apenas 11 agências (18%) divulgaram em seus *websites* ter realizado nos últimos cinco anos alguma das seguintes ações: ginástica laboral, realização de exames médicos periódicos ou vacinação, campanhas voltadas para segurança do trabalhador, incentivo a carona solidária e outros.

Quanto a temática compras públicas, o Art. 37 da Constituição Federal (1988) prevê para a administração a obrigatoriedade em licitar, porém um dos eixos do Programa A3P destaca que estas compras podem ser realizadas de uma forma que venha promover o desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras. Porém, foi observado que apenas as agências federais divulgaram informações sobre adoção de compras sustentáveis, mesmo existindo iniciativas legislativas de “Licitação Sustentável” em alguns Estados e no Distrito Federal.

Durante a coleta de dados, buscou-se nos *websites* informações sobre adoção de práticas de reformas ou construções sustentáveis na Agência, como implantação de telhado verde, bicicletários ou reformas que promovessem economia de recursos naturais e qualidade de vida dos servidores. Esta informação foi identificada nos *websites* de 85,7% (6) das agências federais e em apenas 3,7% (1) das estaduais.

Na sequência, o último indicador procurado nos *websites* foi a divulgação de ações voltadas à sensibilização de servidores à sustentabilidade. Constatou-se que 25 (40,3%) agências reguladoras publicaram informações sobre a realização de campanhas, eventos e palestras atreladas a esta temática.

Foi observado na Tabela 2 que o IDIA obtido pelas agências federais foi mais alto que o das outras agências. Assim, buscou-se verificar por meio de procedimentos estatísticos se a esfera de governo que a agência está vinculada interferiu na divulgação voluntária de informações socioambientais.



Para isso, foi realizado o teste chi-quadrado, que segundo Martins (2017) deve ser aplicado quando se deseja estudar a associação, correlação ou dependência, entre variáveis. E, o resultado do teste apontou a rejeição da hipótese nula, com 95% de probabilidade de que o erro máximo não exceda 5%, como apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3 - Teste qui-quadrado para o IDIA x Vinculação da Agência**

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	61,915	9	< ,001
Razão de verossimilhança	45,316	9	< ,001
Associação Linear por Linear	16,776	1	< ,001
Nº de Casos Válidos	62		

**Fonte:** Elaborado pelos autores com auxílio do software SPSS, 2021.

É importante salientar que a rejeição indica a associação de dependência entre as variáveis e permite inferir que existem evidências empíricas de que a esfera de governo da agência influenciou positivamente no nível de divulgação voluntária de informações socioambientais. Além de que, a rejeição de  $H_0$ , sujeita a possibilidade de erro do tipo I, apontando maior confiabilidade no resultado.

## CONCLUSÃO

O Ministério do Meio Ambiente criou um programa destinado a todos os órgãos públicos, com adesão voluntária, intitulado Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Diante disto, este estudo buscou medir o nível de divulgação de informação socioambiental das agências reguladoras associadas a ABAR nos seus *websites* institucionais e verificar se a esfera de governo influencia no nível de divulgação.

Os resultados evidenciam que nível o Índice de Divulgação de Informações Socioambientais (IDIA) das agências estaduais, municipais e intermunicipais é baixo e precisa ser aprimorado, principalmente em relação a adoção de práticas internas de reuso de água, uso racional de energia e adoção de políticas de compras sustentáveis. Os testes estatísticos permitem afirmar que a esfera de governo que a agência está vinculada interferiu no nível de divulgação voluntária de informações socioambientais.

Conclui-se de modo geral que a baixa evidenciação voluntária de informações socioambiental, além de contrariar as diretrizes do Programa AP3 do MMM, é prejudicial a imagem do órgão público, pois pode revelar despreocupação com a sustentabilidade, com os impactos ambientais e, por consequência, a com redução dos gastos públicos.



Neste panorama, aumentar a utilização dos *websites* institucionais pode contribuir para aprimorar estes resultados, considerando que trata-se de um canal de comunicação de baixo custo, com grande potencial para difusão de informações à diferentes tipos de usuários (*stakeholders*) e que vem crescendo exponencialmente, especialmente após o surgimento da pandemia.

Por fim, pode-se dizer que este estudo traz contribuições para a literatura, considerando que foram realizadas poucas pesquisas abordando a temática socioambiental no âmbito das agências reguladoras brasileiras.

É importante destacar que este estudo nos permitiu abrir novas linhas de pesquisa, como estudar quais são os fatores determinantes da divulgação de informações socioambientais utilizando outras variáveis independentes (tempo de experiência, localização, setor regulado, receita e outros) não só com agências reguladoras, mas também com outros órgãos públicos. Além disso, a possibilidade de desenhar um modelo de formatos e conteúdos socioambientais para órgãos públicos tomando como base a literatura existente e os eixos e diretrizes do Programa A3P do MMM.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, (1998). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 03 de junho de 2021.

GIL, A. C. (2017). Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. Rio de Janeiro: Atlas.

Lopes, G. B.; Valadares, J.L.; Azevedo, R.R de.; Leroy, R.S.D. (2020). Determinantes da Transparência Municipal em Minas Gerais: Análise com Base na Lei de Acesso à Informação. Pensar Contábil, Rio de Janeiro v. 22, n. 79, p. 39-49, set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.aten.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3599/2721>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

MARTINS, G. A. (2017). Estatística geral e aplicada. 6.ed. Rio de Janeiro: Atlas.

Ministério do Meio Ambiente. A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/> Acesso em: 19 de maio de 2021.

Portal da Associação Brasileira de Agências de Regulação. Quem somos. Disponível em: <https://abar.org.br/quem-somos/> . Acesso em: 28 de maio de 2021.

RIBEIRO, M. S. (2010). Contabilidade ambiental. 2.ed. São Paulo: Saraiva.

Ribeiro, V.; Monteiro, S.; Moura, A. (2018). Divulgação de informação na Internet sobre responsabilidade social: evidência empírica nos municípios portugueses. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 7, n. 2, p. 185-209. Disponível em: <http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/373> . Acesso em: 28 de maio de 2021.





Tremblay-boire, J.; Prakash, A. (2014). Accountability.org: Online Disclosures by U.S. Nonprofits. *Voluntas*, Baltimore Vol. 26, Iss. 2, (May 2014): 693-719. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/aseem/ngo%20websites.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

Viera, F. M.; Pires, V. M. (2020). Divulgação de informações ambientais por empresas da área da saúde: uma análise de conteúdo dos websites institucionais. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, Vol. 7, Nº 7, p. 1197-1213, 2020. Disponível em: <http://revista.ecogestaobrasil.net/v7n17/v07n17a12a.html>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

## ANEXOS

### ANEXO 1 | QUESTIONÁRIO

Agência: Website: Setor regulado: Data da coleta/Responsável:		Ano de Fundação:  Esfera de Governo:
	INDICADORES	PONTOS A OBSERVAR
1	A agência divulgou relatórios com conteúdos socioambientais? Existe um link ou menu específico para acessar estas informações?	* Relatório de Atividades, Relatórios de Gestão, Balanço Social, Plano de Logística Sustentável e outros.
2	Existe uma comissão de servidores para planejar, implementar e monitorar as ações socioambientais?	
3	Divulgou informações sobre adoção de práticas de uso racional da água na Agência?	* implantação de sistemas de reaproveitamento e reuso de água; *troca das torneiras e válvulas de descargas para modelos econômicos e etc.
4	Divulgou informações sobre adoção de práticas de uso racional de energia elétrica na Agência?	* ações para utilização de iluminação natural; * modernização de sistemas de ar condicionado; * lâmpadas com substâncias de baixo impacto ambiental; * escolha de lâmpadas fluorescentes de baixo consumo e etc.
5	Divulgou informações sobre adoção de práticas de gestão de resíduos sólidos, coleta seletiva reciclagem de materiais na Agência?	* implantação de mecanismos de coleta seletiva (papel, vidro, plástico, pilhas) e outros.
6	Divulgou informações sobre adoção de práticas de qualidade de vida no ambiente de trabalho?	* realização de campanhas voltadas para higiene e segurança no trabalho; * ginástica laboral; * incentivar carona solidária; * realização de exames médicos periódicos e vacinação;
7	Divulgou informações sobre adoção de compras sustentáveis pela Agência?	material de escritório com certificação ambiental (papel ofício, envelopes, cartão de visita, classificadores, etc.). * café e açúcar orgânicos, sem fertilizantes químicos e agrotóxicos. * cartuchos de tinta e de toner com logística reversa. aquisição de mobiliários com ergonomia.





	INDICADORES	PONTOS A OBSERVAR
8	Divulgou informações sobre adoção de práticas de construções sustentáveis ou reformas que promovem a sustentabilidade na Agência?	* <i>bicicletário</i> ; * <i>implantação de um telhado verde</i> ; * <i>reforma de edificações que promovam economia dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos seus ocupantes.</i>
9	Divulgou informações sobre ações voltadas a sensibilização de servidores para a sustentabilidade?	* <i>realização de campanhas, eventos e palestras</i> ; * <i>fixação de cartazes</i> ; * <i>compartilhamento de mensagens</i> ;

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nas Diretrizes e Eixos Temáticos do Programa A3P do Ministério Meio Ambiente.

## ANEXO 2 | AGÊNCIAS REGULADORAS ASSOCIADAS A ABAR

AGÊNCIAS FEDERAIS	
1	ANA – Agência Nacional de Águas
2	ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
3	ANCINE – Agência Nacional do Cinema
4	ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
5	ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
6	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
7	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
AGÊNCIAS ESTADUAIS	
8	AGRESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí.
9	Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia
10	MOB – Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos
11	ARESC – Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Santa Catarina
12	AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe
13	AGEPAR – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná
14	AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
15	AGENERSA – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
16	AGERSA – Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia
17	AGETRANS – Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro
18	ARSP – Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo
19	ARSAE – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
20	AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia





AGÊNCIAS ESTADUAIS	
21	ARSAL – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas
22	ARPE – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco
23	ARSEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte
24	ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo
25	ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo
26	ARPB – Agência de Regulação do Estado da Paraíba
27	ATR – Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
28	ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
29	AGR – Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
30	AGEPAN – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
31	ARCON – Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará
32	AGER – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso
33	AGEAC – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre
34	ARSEPAM – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas
35	ARCE – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará
AGÊNCIAS INTERMUNICIPAIS	
36	ARISB-MG – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais.
37	SRJ – Serviço de Regulação de Jacareí
38	ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento
39	AGIR – Agência Intermunicipal Regulação, Controle e Fiscalização de Serv. Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí
40	ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
41	AGESAN-RS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul
AGÊNCIAS MUNICIPAIS	
42	ARSEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Barcarena - Pará
43	ARSER – Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados de Maceió
44	AGER – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Municipais de Erechim
45	ARP – Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas
46	AGERT – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Timon
47	AGEMAN – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus
48	AMAE – Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém
49	AGERB – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Buritis





AGÊNCIAS MUNICIPAIS	
50	ARSAL – Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador
51	ARPF – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Porto Ferreira
52	AGR – Agência Reguladora de Saneamento de Tubarão
53	ARSEC – Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá
54	ACFOR – Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental
55	AGERJI – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Ji-Paraná
56	AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim
57	ARSBAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal
58	AGRF – Agência Gurupiense de Regulação e Fiscalização - TO
59	AGERROM – Agência Reguladora do Município de Rolim de Moura
60	AGRF-DAEA – Agência Reguladora e Fiscalizadora
61	ARSETE – Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina
62	AGESB – Agência Municipal de Regulação Serviços Públicos Delegados de São Borja
63	AGEREG – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos
64	ARBEL – Agência Reguladora de Belém
65	AGER-BARRA - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Barra do Garças

**Fonte:** <https://abar.org.br/agencias-associadas-a-abar/> . Acesso em: 08/04/2019 e 19/05/2021

